



HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI - HAY

NOTA DA HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI SOBRE AUDIÊNCIA COM O VICE-PRESIDENTE MOURÃO

A Hutukara Associação Yanomami esteve ontem, sexta-feira 03/07/2020, em reunião com o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão. Na oportunidade, a Hutukara informou sobre o aumento da invasão garimpeira na Terra Indígena Yanomami e pediu providências enérgicas para a retirada dos invasores. Denunciamos, também, o recente assassinato de dois Yanomami, vitimados pelos garimpeiros ilegais, um fato que nos preocupa muito porque além da extrema violência pode levar a uma espiral de conflito entre os Yanomami e os garimpeiros.

Pedimos ao Sr. Vice-Presidente que tome todas as medidas cabíveis para que nossa terra seja um território de legalidade, onde a gente possa viver de acordo com nossa cultura, em paz e com saúde. A invasão garimpeira destrói a floresta, contamina os rios e nossos familiares. Agora, em plena pandemia, os invasores são os principais disseminadores da COVID-19 em nosso território. A contaminação pela COVID-19 pode ser fatal não apenas para os Yanomami e Ye'Kwana, mas principalmente para os indígenas que vivem em isolamento voluntário em nossas terras, como os Moxihatêtema. Os garimpeiros estão muito perto dos isolados e de nossas comunidades.

A invasão garimpeira funciona como uma complexa rede de atividades clandestinas que exige uma logística cara. Quem financia o garimpo tem muito dinheiro. Aqueles que promovem a atividade atuam como crime organizado ligado ao tráfico de drogas e de armas. Tudo isso, em uma região de fronteira, configura verdadeira ameaça à soberania nacional. Cabe ao Vice-Presidente, como presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), tomar as providências de Estado para salvaguardar os Yanomami e todos os brasileiros.

Na reunião, o Vice-Presidente se comprometeu a reabrir as quatro Bases de Proteção Etnoambiental (Bapes) que funcionam como postos de fiscalização e controle dentro da Terra Indígena Yanomami (TIY). Disse que estuda a possibilidade de uma desintrusão do garimpo da TIY sem, contudo, explicar quando e como isso acontecerá.

Na parte da tarde, depois da nossa reunião, tomamos conhecimento que o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a pedido do Ministério Público Federal, deferiu a retirada dos garimpeiros da TIY. Com isso, a União tem um prazo de 5 dias para apresentar um plano emergencial para a retirada dos invasores. Esperamos que o Sr. Vice-Presidente cumpra o prometido ao povo Yanomami e a decisão judicial.

Ao lado de demais ações a longo-prazo para coibir o garimpo em Terra Indígena, a retirada imediata e total de todos os invasores é urgente para impedir a continuidade de violações de direitos humanos



HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI - HAY

dentro da Terra Indígena Yanomami, além de ser medida eficaz e necessária para prevenir a contaminação dos Yanomami e Ye'kwana e o genocídio de povos isolados.

Contamos com todos os nossos apoiadores!

Assine a Petição:
Fora Garimpo Fora Covid.

Abaixo todos os pedidos que apresentamos ao Sr. Vice-Presidente:

1. A retirada de todos os invasores da Terra Indígena Yanomami;
2. A destruição de todo equipamento usado para a prática de crimes e a destruição de pistas de pouso clandestinas, que são utilizadas para abastecer o garimpo e alimentar a continuidade dos garimpeiros na TIY;
3. A prisão dos invasores e o avanço de investigações aprofundadas sobre a cadeia do ouro ilegal, que possam identificar e punir os responsáveis pelo financiamento do garimpo ilegal dentro da TIY;
4. A reabertura das Bases de Proteção Etnoambiental de Serra da Estrutura e Korekorema e a manutenção da Base no rio Mucajaí, a fim de impedir que invasores continuem a entrar na TIY;
5. O fortalecimento da fiscalização no espaço aéreo de Roraima e Amazonas, a fim de identificar aeronaves que realizam voos clandestinos em direção à Terra Indígena Yanomami para abastecer a atividade garimpeira ilegal;
6. Um plano de alerta precoce e resposta rápido que possa ser rapidamente executado para retirar novos invasores;
7. A elaboração e implementação de um Plano de Proteção e Fiscalização da TIY por uma comissão interinstitucional incluindo o Exército, FUNAI, IBAMA, ICMBio, Receita Federal, MPF, MJ e representantes indígenas.